



## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**Ariele Grando Wolosyn**

Pós Graduanda do Curso de Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão  
Educacional da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

**Elisandra Marli Szady Haiduki**

Pós Graduanda do Curso de Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão  
Educacional da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

**Dra. Sonize Lepke**

Professora do Departamento de Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal  
da Fronteira Sul (UFFS)  
sonize.lepke@uffs.edu.br

### **1. Introdução**

Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente no campo das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, especialmente com a ampliação do acesso de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades às escolas regulares. Esse movimento foi impulsionado por marcos legais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Essa nova configuração da escola provocou muitos questionamentos, entre eles como os professores e gestores escolares podem atuar na efetivação deste direito? Como acessar formação inicial e continuada que dialogue com a educação especial inclusiva? Para além da formação, quais as demandas urgentes das escolas de educação básica diante os processos inclusivos? Apesar dos questionamentos, não houve a implementação de políticas de formação de professores com diretrizes e recursos por parte do Governo Federal até a coleta dos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023.

Diante tantos questionamentos latentes quanto a educação, elegemos como objetivo desta pesquisa dialogar sobre as demandas e urgências da educação especial inclusiva diante um arcabouço legal robusto que garante o acesso e permanência do estudante público da educação especial. A necessidade de dialogar sobre o tema advém da prática enquanto professoras da educação básica e das discussões realizadas nas aulas do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão Educacional da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).



Sabemos que apesar dos avanços nas políticas públicas, é evidente também a distância entre as diretrizes legais e sua efetivação no contexto da escola em práticas pedagógicas. A ampliação do acesso de estudantes da educação especial às escolas regulares tem demandado dos professores conhecimentos específicos, estrutura física das escolas e atitudes inclusivas. Esse novo contexto tem revelado fragilidades especialmente na formação inicial e continuada dos professores da educação básica.

O último Censo Escolar da Educação Básica de 2023 (INEP, 2024) revelou crescimento significativo nas matrículas da educação especial, aumento recorrente nos últimos anos, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental. Observa-se um avanço no processo de inclusão de estudantes público da educação especial em classes comuns, bem como no acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). As redes públicas estadual e municipal lideram em termos de inclusão, enquanto a rede privada ainda apresenta desafios nesse aspecto.

Embora já se tenha o arcabouço legal que garanta o acesso e permanência, é preciso avançar para garantir a aprendizagem. Pois barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas impedem que a política de inclusão se torne realidade na prática cotidiana das escolas. O despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula, crianças e estudantes com a necessidade de contribuir para o desenvolvimento sem esquecer as demandas específicas destes (BUENO, 1999) talvez seja a barreira mais complexa de superar, ao mesmo tempo.

Em 2002 a Resolução CNE/CP nº1/2002 dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “[...] conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2020).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda prevê, no seu Art. 28,

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2020).

De acordo com a pesquisa de Zucchetti (2011), embora se confirme o acesso à formação como imprescindível à prática da inclusão social e que está se dá,



especialmente, pela via da formação acadêmica, os professores reiteram, em sua maioria, que desconhecem as legislações afirmativas ou conhecem pouco ou, ainda, não tiveram interesse em se aprofundar na temática.

A pesquisa de Trevisan et.al (2021) expõe, que há “relatos de experiências de professores com inúmeros questionamentos sobre o atendimento desses alunos, muitas vezes frustrados ou então resistentes e nada flexíveis”. E o grande desafio em garantir a efetividade da política de inclusão permanente das crianças com deficiência no ambiente escolar, em que não basta inserir, mas sim, compreender todo processo pedagógico permanente e contínuo no interior das escolas.

Por outro lado, é preciso considerar a complexidade da educação de crianças e jovens, pois cada estudante é singular. Além disso, muitas escolas não tem ações intersetoriais, estrutura física adequada e o suporte especializados para orientar o professor da sala de aula comum.

A implementação efetiva de uma política educacional necessita também dá garantia da transversalidade da educação especial na educação, seja na operacionalização desse atendimento escolar, seja na formação docente.

Para isso, propõe-se a disseminação de política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, à equidade e à participação, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores(as) e educadores(as) nas escolas públicas. Isto deve ter como princípio a garantia do direito à igualdade e à diversidade étnico-racial, de gênero, de idade, de orientação sexual, de origem e religiosa, bem como a garantia de direitos aos(às) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (CONAE, 2024).

A preocupação com o desenvolvimento de escolas inclusivas e, portanto, capazes de educar todas as crianças, não é “[...] unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiência de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade” (GATTI, 2019 apud DYSON, 2001, p. 150).



Assim, observamos que temos documentos que orientam escolas, gestores e professores quanto aos processos inclusivos. Porém, aos professores não foi oportunizado formação que dialogue com os processos de inclusão.

## **2. Metodologia**

O estudo possui uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com o objetivo de dialogar sobre as demandas e urgências da educação especial inclusiva mesmo diante um arcabouço legal robusto que garante o acesso e permanência do estudante público da educação especial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, teórica e documental reflexiva que envolve a qualificação e formação docente em um contexto de políticas educacionais inclusivas, fundamentada na análise de documentos oficiais, legislações, publicações institucionais e de estudos acadêmicos relevantes sobre formação docente e inclusão escolar. O procedimento metodológico envolveu a análise crítica do conteúdo, com base nos pressupostos teóricos da educação inclusiva.

## **3. Resultados e discussão**

O estudo revela um avanço significativo no número de matrículas na educação especial nos últimos anos. O acesso dos estudantes público da educação especial, exige mudanças da escola, dos gestores e dos professores. Entre as necessidades e demandas evidenciadas está a necessidade de formação docente que dialogue com os processos inclusivos. Essa contradição expõe um dos principais entraves à efetivação de políticas públicas inclusivas: a ausência de articulação entre os marcos legais e a prática pedagógica cotidiana nas escolas.

## **4. Considerações finais**

A formação de professores para uma escola inclusiva deve ser a centralidade das políticas públicas de educação. Porém, os cursos e aperfeiçoamentos, devem dialogar com as necessidades reais das escolas e dos professores. Por isso, são indispensáveis as formações, as trocas entre professores, a elaboração de conhecimento teórico que dialogue com a prática e com o contexto vivido pelos professores e estudantes.

Avançar na discussão quanto a formação dos professores, e ainda, que formação é esta, é complexa, urgente e necessária especialmente no momento em que vivemos, que a formação inicial também é aligeirada. Por fim, entendemos que as demandas nas escolas exigem conhecimentos específicos, análise e intervenção adequada que só se torna



possível através da formação qualificada dos professores e gestores escolares.

## Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023 Resumo técnico**. Brasília, 2024.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: Conheça o Histórico da Legislação sobre Inclusão**. Todos pela Educação. Brasília, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> Acesso em: 25 de maio 2025.

CONAE 2024 – Documento Base - **Plano Nacional de Educação (2024-2034)**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento\\_Base\\_Conae2024\\_FNE.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_Base_Conae2024_FNE.pdf) Acesso em: 25 de maio 2025.

BUENO, J. G. et al. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

GATTI, Bernardete Angelina, et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg>. Acesso em: 24 maio 2025.

TREVISAN, Fernanda. ROMANELLI, Rosely A. **Processo Educacional No Brasil: Breve Contextualização Da Educação Inclusiva**. 2021. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20322/20150> Acesso em 25 maio 2025.

ZUCCHETTI, D T. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200010>. Acesso em: 27 mar. 2024.